



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

## A ESCOLA MIXTA DA FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ (1885-1889): UMA PROPOSTA DE ENSINO PROFISSIONAL DO IMPERADOR D. PEDRO II

Adriana Valentim Beaklini  
adrianabeaklini@hotmail.com  
Nailda Marinho da Costa Bonato  
(UFRJ)

### Resumo

A presente comunicação é parte da pesquisa em andamento realizada para o curso de mestrado em Educação e pretende refletir sobre a conjuntura social do final do século XIX correlacionando-a com os questionamentos acerca do lugar social do negro na sociedade pré-abolição e com a criação de uma escola, as expensas do imperador D. Pedro II, no ano de 1885 para filhos dos funcionários da Casa Imperial. A escola em questão estava localizada dentro da Fazenda de Santa Cruz, no Curato de Santa Cruz no Rio de Janeiro, e contava com milhares de escravos e libertos, cabeças de gado, diversos tipos de cultivos e o manejo de técnicas avançadas. A instituição escolar possuía ainda um caráter profissionalizante, pois tinha como objetivo o ensino de ofícios através de diversas oficinas. Ela se inseria no contexto dos debates acerca do fim da abolição, do projeto de civilização almejado para o Brasil e o direcionamento da população excluída para uma atividade produtiva. O ensino profissional, portanto, foi uma das propostas de inclusão de algumas parcelas da população (pobres, vadios, etc) nesta proposta de “civilização”. Através da utilização da metodologia de análise documental, examinamos para a elaboração deste trabalho as seguintes fontes: o Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz e o periódico *Jornal do Commercio*.

**Palavras-chave:** Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz. História da Educação. instituição escolar. Ensino profissional

### Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa em andamento no âmbito do curso de mestrado em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar a criação da “Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz”. A instrução no Brasil Imperial foi tema de diferentes estudos, mas essa instituição escolar nos instiga, pois encontramos somente abordagens pequenas a título de citação localizadas em obras maiores, portanto ela ainda não foi estudada mais detidamente e tem especificidades próprias.

Ao iniciar a pesquisa optamos pela metodologia de análise documental. Trabalho árduo, visto que implica na busca – quase uma caça ao tesouro – dos documentos. Deparamo-nos com a escassez e a dispersão da documentação por diversas instituições que tem como objetivo a preservação da memória (arquivos, museus e bibliotecas). A cada pequena “descoberta” novas ideias e possibilidades se mostravam para análise desta instituição. Mas para a elaboração desta

3993





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

comunicação nos detivemos nos documentos: *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* e o periódico *Jornal do Commercio*.

Logo no início da pesquisa, algumas questões são postas em relação a essa escola. A primeira é o próprio contexto de sua criação. Ela foi criada na segunda metade do século XIX (1885) e as expensas<sup>1</sup> do Imperador D. Pedro II, mas não faz parte das chamadas escolas do Imperador<sup>2</sup> criadas no Rio de Janeiro. Toda sua despesa era suprida pelo mesmo. Em um momento conjuntural de mudanças e questionamentos acerca da mão de obra (escrava/livre), a organização da rede escolar, as ideias acerca da ciência, dentre outros.

A segunda refere-se à localização dessa escola, visto que na época de 1885, ela estava localizada a mais ou menos 60 km do atual Centro do Rio de Janeiro. Considerada distante nos nossos dias, naquele momento então muito mais longe devido aos meios de transporte disponíveis – mesmo já tendo sido inaugurada em 1878 a estação de trens de Santa Cruz.

A terceira refere-se ao “currículo” da escola, ao que era ensinado, visto que conjugava tanto o ensino de história, matemática, geografia, francês e outros, com o ensino profissionalizante representado pelos ofícios de carpinteiro, marceneiro, ferreiro, alfaiate, etc<sup>3</sup>.

E a quarta e última questão refere-se ao público alvo, ou seja, ela era destinada aos filhos dos funcionários da Casa Imperial. Analisando mais detidamente o recenseamento da população (1864 e 1878), podemos perceber que a fazenda era composta por o grande número de negros e descendentes, e principalmente de crianças negras.

Apesar de Engemann (2006) referir-se a um período anterior ao abordado neste trabalho, ele nos oferece uma pista adicional à composição demográfica desta localidade.

De modo oposto ao dos grandes plantéis de escravos do Rio de Janeiro, a base da pirâmide referente à Santa Cruz indica uma grande presença de crianças. Os nascimentos e a infância, ou seja, os escravos de 0 a 14 anos, eram responsáveis por 40% da população em 1791. (ENGEMANN, 2002, p. 61)

<sup>1</sup> JORNAL DO COMMERCIO -26/08/1885.

<sup>2</sup> Após a Guerra do Paraguai, D. Pedro II doou o bronze da estátua equestre que seria erguida em sua homenagem para a construção de escolas. As escolas construídas, que ficaram conhecidas como "Escolas do Imperador", caracterizam-se pela imponência que resulta da escala e da implantação e pela nobreza em seu acabamento e materiais. (MORAES: 2009).

<sup>3</sup> Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1885.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Portanto, podemos pensar na hipótese desta instituição escolar ter sido criada para profissionalizar as crianças negras livres deste local, estando em total consonância com os debates<sup>4</sup> da época sobre o destino das crianças para a inclusão no projeto civilizatório de nação brasileira.

A busca das fontes para este estudo está sendo exaustiva, pois a mesma está dispersa entre o Museu Nacional, o Museu Imperial, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e a Biblioteca Nacional. Devido ao tempo e aos procedimentos para reprodução (que possui uma burocracia própria para cada instituição), sabemos que algumas instituições ainda não foram contempladas, mas em breve essa falta será suprida. Para este trabalho focarei minha análise em duas fontes principais: a primeira é o *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*, que define o funcionamento, o público alvo, os funcionários, etc, da escola; e o periódico *Jornal do Commercio*, especificamente uma reportagem de 26/08/1885 que fornece uma descrição física do prédio da escola.

### **Século XIX: Período de Mudanças Sociais e Educacionais.**

O século XIX foi um período de mudanças e questionamentos em diversas áreas. No Brasil, temos como emblemático a chegada da Corte portuguesa (1808), a independência (1822), a abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889). Ou seja, em menos de 100 anos houve a mudança do sistema político e nova configuração de grupos sociais.

Segundo Schueler,

No Brasil, a gênese desse processo de constituição de um sistema público de educação – e, portanto, o deflagar da construção da relação entre crianças e escolas – pode ser identificada com o momento mesmo da formação do Estado Imperial, no decorrer do oitocentos (SCHUELER, 1999, p.1)

---

<sup>4</sup> “... era necessário converter aptidão de ébrios e mendigos, vadios, arruadores turbulentos, jogadores de profissão, órfãos desvalidos, filhos sem pai, moços sem ofícios, donzelas sem amparo, tidos como parasitas da árvore social, em trabalho, que é riqueza.” (GONDRA e SCHUELER: 2008, p.115)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A preocupação com as crianças foi colocada e estava relacionada aos debates sobre a formação do povo e do cidadão brasileiro. Mas ainda eram discussões esparsas que começavam a indicar a importância da mesma nos projetos de construção da nação brasileira.

Podemos ressaltar, na década de 1820, a implantação das primeiras instituições educacionais de nível superior no Brasil (as Academias Imperiais de Direito de São Paulo e Recife e de Medicina no Rio de Janeiro e Bahia). A partir do funcionamento das mesmas que a temática da criança, e até mesmo, a definição da infância é colocada com maior expressão, principalmente no campo da medicina.

Os debates médicos apontavam os principais problemas de organização familiar, como por exemplo, a educação da mulher e dos filhos, o uso indiscriminado das escravas como ama-de-leite, os altos índices de ilegitimidade dos casamentos, o infanticídio e o enfeitamento de crianças, a alimentação e a higiene infantis, etc.

Os problemas sociais (pobreza, mendicância e a escravidão urbanas) estimularam discursos e práticas a favor da orientação das questões da infância. E foi em direção às camadas pobres que as preocupações com as crianças ultrapassaram as Academias de Medicina. Outras instituições e outros setores da sociedade são envolvidos paulatinamente neste debate.

O discurso pedagógico foi impregnado com o sentido médico-higienista, no qual a educação é vista como um remédio para sanear a sociedade brasileira em busca do modelo civilizatório pretendido. O discurso médico era incorporado para as falas dos educadores, políticos e da intelectualidade.

Um caso interessante é a educação pública que já em 1854<sup>5</sup> definia o público alvo das escolas públicas primárias, as crianças livres e pobres, entre 05 e 14 anos, sem moléstias contagiosas. A orientação era admitir meninos pobres e indigentes que perambulavam pelas ruas, fornecendo o vestuário e o material escolar necessário. E ainda, quando maiores de 12 anos, encaminhá-los para a aprendizagem de ofícios. Havia a proposta de criação de asilos para educar e abrigar crianças pobres que ficariam até os 21 anos.

---

<sup>5</sup> Reforma Couto Ferraz de 1854. (SAVIANI: 2008)





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A partir da década de 1860, um problema foi colocado para a Educação. As discussões acerca da libertação dos escravos e o movimento em prol da extinção lenta e gradual da escravidão elegem a Educação como um dos principais mecanismos para a preparação das novas gerações de libertos.

[...] difundiu-se a crença de que a libertação gradativa de escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar “os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital”[...] (SAVIANI, 2008, p.163)

A discussão sobre este tema torna-se mais densa a partir a década de 1870 em paralelo aos debates sobre a abolição da escravidão e a reestruturação das práticas de controle social sobre os setores populares. A proposta de abolição gradual da escravidão trouxe para os debates políticos a preocupação com os destinos dos descendentes de escravos.

Fonseca (2002) aponta que a Lei do Ventre Livre de 1871 estabeleceu que os descendentes de escravos nascidos após sua promulgação seriam livres. Mas algumas ressalvas foram feitas, como a obrigação dos senhores de criá-los e educá-los até a idade de 08 anos. Quando atingissem esta idade, o senhor poderia escolher entre uma indenização do Estado ou utilizar os trabalhos dos menores até 21 anos. O Estado, portanto, poderia abrigar crianças em instituições.

Do mesmo modo, o Estado libertava ‘os escravos da Nação e outros’, indicando também as providências com a educação e tratamento dos filhos menores e libertação anual de escravos. Esta nova população de pobres ‘livres’ precisava ser educada [...] (GONDRA e SCHUELER: 2008, p.116)

A partir da lei do ventre livre, uma série de medidas em favor das crianças foi elaborada e foi um dos motivos para a progressiva indicação da criança como um problema social.

A crise da escravidão e as discussões sobre a necessidade da formação de trabalhadores livres e disciplinados foram fundamentais para a emergência das preocupações sociais com a criança, principalmente com as provenientes das camadas mais pobres. Temos, então, a preocupação com a construção do trabalho livre e a tentativa de manutenção social.

Não somente os descendentes de escravos libertos, mas as crianças de forma geral originários das camadas mais pobres tornaram-se objeto das atenções das mais variadas áreas e profissionais após 1871.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As famílias das camadas mais pobres eram associadas à ideia de ignorância, descuido, vício, abandono, e como criadores de criminosos e delinquentes. Eram, portanto, consideradas incapazes de educar e formar suas crianças. Portanto, o discurso do Estado e médico deveria mediar a relação entre o saudável e o civilizado. A alternativa que se colocou foi que o Estado interviesse, ou seja, havia a proposta de fundação de escolas públicas, asilos, creches, escolas industriais e agrícolas de caráter profissionalizante, e mesmo da criação de uma legislação para os menores. Várias associações e sociedades particulares, leigas ou religiosas, são fundadas com a subvenção e o apoio das autoridades do governo imperial entre 1870 e 1880.

As discussões sobre a infância e sobre a participação do Estado e da sociedade na proteção das crianças passavam pelos debates sobre a formação da nacionalidade. E mesmo com a Proclamação da República, em 1889, a criança continuaria em foco como base para a construção da Nação.

Neste cenário, o Imperador D. Pedro II criou a sua escola dentro dos preceitos higienistas na construção da estrutura física do prédio, com um currículo que atendia tanto a questão científica (aulas sobre história natural, por exemplo), quanto à questão de preparação para o trabalho.

### **Breve Consideração Sobre o Ensino Profissional no Brasil**

A escravidão impactou fortemente a sociedade brasileira afastando a força de trabalho livre do exercício do trabalho manual - o artesanato e a manufatura. Os homens livres se retiram da seara do trabalho manual para deixar claro seu lugar social na sociedade escravocrata. Ser livre significava distanciar-se o máximo possível do lugar social do escravo. O trabalho manual era considerado como “coisa de escravo” e estava impregnado de uma valoração pejorativa. Segundo Cunha, “... o trabalho continuava sendo definido como um castigo, e o ócio, um alvo altamente desejável.” (CUNHA, 2005, p.16). Segundo Schueler: “Em uma sociedade escravista, a necessidade de trabalhar representava o limite da pobreza” (SCHUELER, 1999, p.2)

A distinção a ser feita entre o homem livre e o escravo era muito difícil principalmente para um artífice livre e mestiço, pois os mesmos iriam exercer ofícios junto com negros ainda escravos.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Neste caso, nem mesmo os traços étnicos ajudariam na desejada distinção sociocultural. Isso resultava na pouca atração de pessoas livres para exercer trabalhos manuais. Segundo Cunha,

O resultado foi o trabalho e a aprendizagem compulsórios: ensinar a crianças e jovens que não tivessem escolha. Antes de tudo aos escravos, às crianças largadas nas Casas da Roda, aos “meninos de rua”, aos delinquentes e a outros desafortunados (CUNHA, 2005, p.23)

Ou seja, conforme as leis de restrição à escravidão eram promulgadas, como o caso da proibição do tráfico negreiro, em 1850, medidas foram sendo tomadas com o objetivo de obrigarem os “desocupados” ao trabalho. A educação e o trabalho tinham, portanto o objetivo de disciplinar as parcelas mais pobres da população.

[...] o direito ao não-trabalho somente era permitido a quem fosse rico, os pobres incorreriam em pena que era o próprio trabalho. Condição de vida e pena pela transgressão, esse era o significado do trabalho. (CUNHA, 2005, p.90)

Podemos perceber no projeto aprovado da lei do Ventre Livre um artigo que reforça o trabalho compulsório, ou seja, reforça o trabalho como forma de incluir e disciplinar uma parcela da população:

Art 6 - §5 Em geral os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 05 anos sob a inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessar, porém, o constrangimento do trabalho sempre que o liberto exhibir contrato de serviço. (BAKAJ, 1988, p.415)

Durante o período colonial a aprendizagem de ofícios não assumiu uma forma escolar, somente no período de transição para a formação do Estado nacional que a primeira escola para o ensino de ofícios manufatureiros foi criada.

Paralelamente, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário/superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais (CUNHA, 2005, p.71)

As informações acima localizam a criação da Escola Mixta da Fazenda de Santa Cruz no debate sobre fim da escravidão e da questão do trabalho e da educação como o meio de incluir essa parcela da população e prevenir uma hipotética revolta ou esvaziamento do meio do trabalho.





### **Escola Mixta da Fazenda de Santa Cruz: Uma Proposta de Educação Profissional do Imperador D. Pedro II**

Neste cenário político-social foi criada a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

A Fazenda de Santa Cruz foi planejada e gerida pelos jesuítas até a extinção da ordem em 1759 através da reforma pombalina. Os padres são expulsos e a propriedade foi incorporada aos bens da Coroa. Ela ficava a cerca de sessenta quilômetros da Corte e fazia parte dela uma grande extensão territorial.

Ocupava uma área imensa, cujo traçado ia das ilhas do Guaraqueçaba e de Itinguçu à serra de Mata-Cães em Vassouras, de onde se avistavam infindáveis campos banhados pelo rio Guandu e afluentes; fazia limites ainda com Guaratiba, Marapicu e Mangaratiba. (SCHWARTZ, 1998, p.222).

Tinha acesso ao mar, praia, planícies, serra e montanha. Os jesuítas desenvolveram neste espaço – o que podemos chamar – uma “empresa” de sucesso, com criação de animais, plantações, pesqueiros e oficinas. Sem esquecer as obras de engenharia hidráulica que permitiu a transformação de campos pantanosos em férteis campos. Havia até uma aldeia de índios Carijós, administrada pelos padres. E claro que para trabalhar existiam muitos escravos. Segundo Schwartz: “Em 1834, contavam com 2065 escravos. Em 49, 2128. Em 55 chegou a ter 2235 escravos.” (SCHWARTZ, 1998, p.227)

Logo após a assinatura Lei do Ventre Livre ocorreu uma visita a Imperial Fazenda de Santa Cruz, visando realizar uma cerimônia para a libertação dos escravos que pertenciam à família imperial.

Chegarão ontem aquela fazenda os Srs. Visconde do Rio Branco, ministros do imperio e de estrangeiros, ministro de Portugal, inspector geral da instrucção publica da corte, mordomo e escrivão da casa imperial, sendo recebidos por todo o pessoal da mesma fazenda com vivas demonstrações de prazer e entusiasmo. Por todas as dependencias do estabelecimento flutuavão vistosas bandeiras e galhardetes. O jubilo dos novos libertos era imenso. (JORNAL DO COMMERCIO, 12/10/1871)

É interessante notar que na comitiva imperial estava presente o inspetor geral da instrução pública da corte, que pode indicar o lugar que a educação ocuparia no projeto de libertação dos escravos.







## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Diante dessa conjuntura em 1885, quatorze anos após a assinatura da lei do Ventre Livre, foi criada na Fazenda Imperial de Santa Cruz uma escola.

A Escola da Fazenda Imperial de Santa Cruz ou Grande Colégio ou Escola Mixta possuía elementos que considero inovador no campo educacional no país, pois procurava conjugava princípios científicos e higienistas<sup>6</sup> para a organização espacial do prédio e método de ensino voltado especialmente para o ambiente escolar e profissionalizante.



Figura 1 – Fachada da escola-officina no Curato de Santa Cruz (Fonte: ALMEIDA, Pires de. Oficina na Escola. Rio de Janeiro: Imp a vapor Lombaerts & Cia, 1886. 24p).

Ela foi construída e mantida por ordem e a expensas do Imperador, pelo engenheiro Paula Freitas<sup>7</sup>, para a instrução dos dois sexos. Era composta de três corpos dispostos em forma de duplo T, sendo o da frente ocupado pela classe, biblioteca e museu, o dos fundos pelas oficinas e o transversal por um galpão destinado à ginástica, tendo ainda jardins para recreio e a instrução da infância, e um terreno para exercícios corporais.

<sup>6</sup> O movimento higienista provem de doutrina que nasce com o liberalismo, na primeira metade do século XIX quando os governantes começam a dar maior atenção à saúde dos habitantes das cidades. Entendia-se as doença como um fenômeno social que abarcava todos os aspectos da vida humana. A necessidade de manter determinadas condições de salubridade no ambiente da cidade mediante a instalação de adução e tratamento da água, esgotos, iluminação nas ruas, para assim poder controlar as epidemias.

<sup>7</sup> Antônio de Paula Freitas (1843-1906), engenheiro e professor brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro. Foi professor da Escola Politécnica e responsável pela obra da Agência Central dos Correios. Atuou nas obras de construção da Igreja da Candelária. Projetou e construiu (1874/7) o prédio da Imprensa Nacional, no Centro, que foi destruído por um incêndio e posteriormente demolido para abrir caminho para o atual Largo da Carioca. Também projetou e construiu, na Urca, o Pavilhão da Agricultura para a Feira Internacional de 1908, belíssimo prédio ainda existente inicialmente destinado à Faculdade Nacional de Medicina e que hoje sedia o Departamento Nacional de Produção Mineral.





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A preocupação científica estava presente na elaboração e otimização de um espaço próprio para a aprendizagem. Foram consideradas as boas condições de luz, ar e acústica, a comodidade higiênica dos alunos, e os exercícios físicos distribuídos de forma a alternarem com os trabalhos “de inteligência”. O cuidado para atender a este objetivo está presente na organização do plano e sua execução por meio da escolha do local, estudo de solo, orientação da classe e oficinas, disposição do edifício e a construção da mobília.

O local preenche as condições as mais favoráveis, porquanto, além de ocupar um dos lados de uma das melhores praças de Santa Cruz, e achar-se suficientemente elevado em relação aos terrenos circunvizinhos, está situado em uma posição central facilmente acessível aos indivíduos que são chamados a frequentar a escola. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

A luz chega aos alunos pelo lado esquerdo das mesas que ocupão, satisfazendo assim uma das principais recomendações dos higienistas; para esse fim a sala é disposta de forma que só num dos seus lados existem janelas, e no outro uma extensa parede destinada à exposição dos quadros de história natural. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

A área ocupada pelo terreno mede 52 metros de frente e 42 de fundos, ou 2.184 metros quadrados, dos quais o corpo da escola propriamente dita ocupa 479 metros quadrados, o das oficinas 333 metros quadrados, o galpão de ginástica 130 metros quadrados e os jardins a área restante. Além disso, o edifício encontra-se isolado das casas vizinhas e por isso considerado apropriado ao regime escolar.

A classe deveria conter 80 alunos e a descrição do local, reproduzida abaixo, demonstra bem a preocupação com a ventilação, iluminação, espaço ocupado por cada pessoa

A classe é destinada a conter 80 alunos; ocupa sua área de 134 metros quadrados: portanto, abstraindo da área ocupada pelas mesas do professor e do decurião, taboa preta, lugares de honra, que é de 25 metros quadrados, o resto dividido por 80 alunos deixa para cada um a área de 1,30 metros quadrados, superior ao que ordinariamente se costuma fixar, e que regula 1 metro quadrado a 1m 20 mais ou menos.

Sendo a capacidade da sala de 737 metros cubicos, pois que sua altura é de 5m50, toma a cada pessoa, incluindo os professores e decurião, uma quantidade de ar quasi igual a 9 metros cubicos, quantidade suficiente, à vista do que a experiência aconselha e que regula 6 metros cubicos por pessoa.

Apesar, porém, das condições convenientes da sala para conter 83 pessoas, forão empregados os meios eficazes de promover uma ventilação continua, quer por um grande numero de janelas, quer pela correspondencia bem combinada destas com os florões abertos no teto e nos extremos do telhado, estabelecendo uma

4002





## IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

perfeita tiragem do ar pelo teto da sala. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

Ao informar medidas tão precisas do ambiente escolar demonstra-se a preocupação com a salubridade do lugar onde se estuda. Até mesmo as privadas foram alvo de descrição. Elas foram distribuídas em dois cômodos diferentes e separados, sendo um para as meninas, localizado ao lado da classe e sob vigilância dos professores, e outro para os meninos, localizado ao lado da galeria central, a fim de servir aos alunos que frequentavam a classe, a ginástica e as oficinas. Demonstrando bem a preocupação dos higienistas com as condições de sanitárias mínimas para promoção da saúde. Dentro desta preocupação estavam os exercícios físicos e, portanto a necessidade de um espaço para a ginástica.

Em seguimento ao corpo da escola propriamente dita acha-se o ginásio coberto. É um galpão com 16 metros de comprimento sobre 8,50 de largura, construído sobre colunas de ferro fundido, aberto dos dois lados e em comunicação com as oficinas. Neles achão-se armados um portico munido de colunas varas moveis, cordas de nós, trapézios, argolas e escadas de cavilhas; as paralelas para exercícios braçais; o salto e o respectivo trampolim, e outros jogos ginásticos apropriados á infância. Há além disso terrenos reservados para exercícios de carreiras, ginástica descoberta, e os jardins.

As oficinas estendem-se em um longo edifício com 36 metros de comprimento e 8 de largura, e dividido em uma secção central com uma sala, quartos e dois salões para os trabalhos, estando já montada a oficina de torneiro.

Para garantia de todo o edifício, um sistema de para-raios o envolve segundo os preceitos da arte. (JORNAL DO COMMERCIO, 26/08/1885)

O *Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* define as diretrizes básicas em relação às disciplinas, funcionários, público-alvo, funcionamento, etc. Este documento determinava que o ensino da escola contasse com as disciplinas: instrução religiosa, leitura, escrita, gramática portuguesa, francês, elementos de aritmética, sistema métrico, geografia e história do Brasil, desenho linear e figurado, noções de história natural, noções de coisas<sup>8</sup>, musica, ginástica e costura. E ainda existiam os ofícios de carpinteiro, marceneiro, torneiro, ferreiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro, oleiro, relojoeiro e funileiro.

---

<sup>8</sup> O método intuitivo ou noções das coisas era um método de ensino nasceu na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e Pestalozzi e consistia na valorização da intuição como fundamento de todo o conhecimento. A compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação.





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As matrículas seriam realizadas nos dias 07 de janeiro e 01 de julho de cada ano, e se encerraria no final dos referidos meses. Só seriam aceitos alunos de 05 até 14 anos de idade, não portadores de doenças contagiosas.

Os exames eram compostos de prova escrita, oral e prática e realizados pelo superintendente, existindo mecanismos de premiação dos melhores alunos.

As aulas ocorriam durante os meses de janeiro e novembro no período de 08h da manhã até às 15h da tarde, com intervalo de ½ hora para o recreio e descanso dos alunos. Porém, como nos nossos dias, havia feriados. Além dos domingos e dias santos tínhamos os feriados de festa nacional marcados por lei; os de luto nacional declarados pelo governo; os da semana santa até a 1ª oitava da Páscoa; e os do entrudo (um embrião do carnaval dos dias atuais), desde segunda-feira até a quarta-feira de cinzas.

O corpo de funcionários da escola era composto por um professor diretor e uma professora, e tinha como pré-requisito que fossem casados um com o outro. Eles tinham a incumbência de ensinar todas as disciplinas com exceção do ensino de francês, ginástica e desenho figurado que seriam outros professores especializados. Somado a estes um professor de música, sendo que esse ensino seria ministrado as alunas pela professora; um mestre para cada oficina; um porteiro e um servente.

O professor diretor e a professora eram nomeados por decreto e tinham como atribuições gerenciar e administrar a escola, além é claro de ministrar disciplinas.

Havia ainda um curso noturno que funcionaria das 19 às 21 horas, regido pelo professor diretor e nele o ensino se limitaria a escrita, leitura, aritmética, quatro operações sobre números inteiros frações ordinárias e decimais, noções essenciais de gramática, sistema métrico e instrução religiosa, principais orações.

Os uniformes deverão ser feitos na oficina da escola e os alunos de ambos os sexos deveriam utilizar o mesmo. Eles eram de brim pardo para os meninos e gorra com as iniciais a retroz preto E.M.I. (Escola Mixta Imperial), de musselina branca, para as meninas, tendo no braço esquerdo um laço de fita escarlate com as mesmas iniciais.

A disciplina era muito importante e as penas variavam de repreensão, privação de recreio, assistência em pé aos exercícios, retenção na escola até meia hora depois de terminados os





**IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**  
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

trabalhos, expulsão temporária e finalmente a expulsão definitiva. Mas os castigos físicos não eram tolerados.

### Considerações Finais

Na busca de pistas e indícios sobre esta instituição escolar, um grande caminho já foi percorrido, mas a pesquisa ainda está em andamento e muitas questões ainda estão postas para serem analisadas de forma mais consistente. Mas uma primeira reflexão indica-nos que a Escola Mixta da Fazenda Imperial de Santa Cruz está inserida neste processo de mudanças na sociedade brasileira. A preocupação com profissionalização da mão de obra poderia ser um caminho para o tão almejado “progresso” e a construção de uma “nação civilizada”.

### Referências

- BAKAJ, Branca. Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea: a grande trilogia abolicionista. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 25, nº 98, abr/jun. 1988. pp. 399-459.
- CUNHA, Luis Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2ª Ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.
- ENGEMANN, Carlos. **De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do Oitocentos**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. (Tese de doutorado)
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira).
- MORAES, Madison Oliveira de. **Escola do Imperador (1870-1886)**. Rio de Janeiro, UERJ, 2009 (Monografia).
- SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev.e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação).
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 19, n. 37, São Paulo, Sept. 1999.  
Pesquisa no Jornal do Commercio nos anos de 1871 e 1885.
- Regulamento para a Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz.

